Os Efeitos da Convenção de Palermo para a Sociedade e Instituições Brasileiras no Enfrentamento ao Crime Organizado Transnacional

The Effects of the Palermo Convention on Brazilian Society and Institutions in Combating Transnational Organized Crime

João Gallegos Fiuza³⁷

RESUMO

O artigo analisa os impactos da Convenção de Palermo no enfrentamento ao crime organizado transnacional no Brasil, destacando aspectos sociais, políticos e jurídicos. O objetivo é compreender como a adesão ao tratado influencia a cooperação internacional e a legislação brasileira. A metodologia baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de normas e tratados internacionais. Os resultados apontam que a Convenção promoveu avanços significativos na legislação brasileira, como a tipificação de organizações criminosas e a modernização de mecanismos de cooperação jurídica e policial, além de fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional. Conclui-se que, apesar dos avanços, desafios permanecem na implementação prática das normas, sendo recomendados estudos adicionais sobre a eficácia das políticas públicas e a integração regional.

Palavras-chave: Convenção de Palermo; crime organizado transnacional; Brasil; cooperação internacional; legislação.

ABSTRACT

The article analyzes the impacts of the Palermo Convention on the fight against transnational organized crime in Brazil, highlighting social, political and legal aspects. The objective is to understand how adherence to the treaty influences international cooperation and

³⁷ Doutorando em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo & King's College London. Mestre em Segurança Internacional, University of Dundee. Mestre em Estudos Árabes, Universidade de São Paulo. Mestre em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, PMESP. Policial Militar do Estado de São Paulo. Áreas de pesquisa: Organizações Criminosas, Segurança Internacional, Terrorismo e Instituições de Segurança. joao.fiuza@usp.br.

Brazilian legislation. The methodology is based on bibliographic review and documentary analysis of international standards and treaties. The results indicate that the Convention promoted significant advances in Brazilian legislation, such as the classification of criminal organizations and the modernization of legal and police cooperation mechanisms, in addition to strengthening Brazil's position on the international stage. It is concluded that, despite the advances, challenges remain in the practical implementation of the rules, and additional studies on the effectiveness of public policies and regional integration are recommended.

Keywords: Palermo Convention; transnational organized crime; Brazil; international cooperation; legislation.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar de que forma a observância ao contido na *Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional* da Organização das Nações Unidas – conhecida como *Convenção de Palermo* – de fato influencia o enfrentamento às organizações criminosas transnacionais no Brasil, com relação a aspectos que transcendem as ciências jurídicas, ou seja, considerando-se questões de ordem social e política, objetivando-se uma percepção mais abrangente e completa quanto à matéria. As considerações aqui apresentadas, de caráter acadêmico, abordam tópicos diversos relacionados ao Direito Internacional Público (Lamy, 2011; Bello; Engelmann, 2015), para que então se realize análise a respeito do crime organizado transnacional no Brasil, vez que a convenção sob lentes se trata do alicerce para a cooperação internacional em matéria jurídica e policial.

2 O CENÁRIO INTERNACIONAL E A JUSTIFICATIVA PARA A CELEBRAÇÃO DO TRATADO

Diferentemente do que ocorria na época da Guerra Fria, a ameaça apresentada à segurança pública por parte de organizações criminosas transnacionais é deveras difusa, pois conta com a participação de diversos atores não-estatais motivados por interesses econômicos, e não políticos. O crime organizado transnacional é uma ameaça de segurança que floresce nos espaços sem regulação legal ou normativa gerados pelos processos de globalização. Trata-se de um problema que

transcende a soberania dos Estados, ignorando fronteiras entre os mais diferentes países – contíguas ou não – fugindo ao controle legal e, muitas vezes, à alçada de atuação por parte dos governos nacionais. No caso mais específico da América Latina, os grupos criminosos atuantes no narcotráfico têm contribuído em grande medida não só para com a desestabilização das sociedades dessa região do globo – potencializando diversos problemas sociais econômicos – mas também para com a disseminação da violência além-fronteiras, fundindo os conceitos de “segurança pública” com a “dimensão social da segurança internacional”. Enquanto procuram preservar os espaços vitais à globalização e os mecanismos que permitem a internacionalização das mais variadas atividades, as instituições estatais deparam-se com o desafio de restringir o tráfico de drogas, armas, seres humanos, diamantes e outros tipos de bens ou serviços que encontrem demanda que transcenda às fronteiras nacionais (Conway, 2017, p. 223).

O processo de globalização, portanto, superou o crescimento dos mecanismos de governança global, e essa deficiência produziu exatamente o tipo de vácuo regulatório no qual o crime organizado transnacional pôde prosperar. Cada novo avanço em tecnologia, comunicação e transporte significou às organizações criminosas transnacionais novas oportunidades para serem exploradas tanto doméstica quanto externamente. Aproveitando-se de mecanismos regulatórios bastante fragmentados, organizações criminosas exploram as extensas assimetrias legais, econômicas e culturais que estimulam a demanda por mercadorias ilícitas ou reduzem a capacidade do Estado de responder a tais atividades (Conway; Heynen, 2017, p. 13; Giraldo; Trinkunas, 2010, p. 429; Dandurand; Tkachuk; Castle, 1998, p. 3; United Nations Office on Drugs and Organized Crime, 2010, p. 25; Roth, 2014, p. 18). Nesse cenário, ao se considerarem que os diferentes ordenamentos jurídicos de cada país se mostraram infrutíferos ante a necessidade de se combater a proliferação e o incremento das atividades criminosas transnacionalmente, a assinatura da Convenção de Palermo pode ser vista como o resultado do esforço da comunidade internacional no sentido de apresentar – com uma perspectiva baseada na supranacionalidade – uma conceituação legal muito mais abrangente, envolvendo instituições, normas e princípios legais (Dallari, 2017, p. 42-43).

A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, aprovada pela Resolução 55/25 de 15 de novembro

de 2000 da Assembleia Geral³⁸, constitui-se na norma de direito internacional mais importante para o combate ao crime organizado transnacional. Complementam a Convenção três Protocolos, que abordam questões mais específicas no que diz respeito à fenomenologia do crime organizado, estipulando uma série de obrigações para cada uma das três subáreas específicas do crime organizado transnacional com que se relacionam. Trata-se do (1) Protocolo de Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças; do (2) Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar; e do (3) Protocolo contra a Fabricação Ilícita e Tráfico de Armas de Fogo, suas Peças e Componentes e Munições (United Nations Office on Drugs and Organized Crime, 2000).

Note-se que a questão política envolvida na escolha da cidade de Palermo, na província italiana da Sicília, tem grande representatividade quando se trata do combate a organizações criminosas transnacionais. Palermo trata-se da cidade natal dos juízes Giovanni Falcone e Paolo Borsellino, responsáveis por extensas investigações e processos contra o crime organizado de caráter transnacional – mais especificamente a máfia siciliana – em razão do que acabaram por ser vítimas de homicídio, a mando do mafioso Salvatore Riina. Ainda hoje, o empenho profissional e os princípios jurídicos utilizados por tais magistrados no combate ao crime organizado servem de inspiração e de embasamento para juristas em diversos países. Os trabalhos destes juristas, ambos bachareis em Direito pela Universidade de Palermo, tornaram-se símbolo da obstinação no combate ao crime organizado no meio jurídico internacional (Bianconi, 2017; Lampe, 2016, p. 281-282).

A Convenção representa um grande avanço no combate contra o crime organizado transnacional. Lança luz também para o almejado reconhecimento, por parte dos Estados-Membros, quanto à seriedade dos problemas com os quais a convenção lida e quanto à necessidade de se promover e melhorar a cooperação internacional nesse campo. Os Estados que ratificam esse instrumento comprometem-se a tomar uma série de medidas contra o crime organizado transnacional, incluindo a criação de tipos penais na esfera doméstica, como (1) participação em um

³⁸ Note-se que, atualmente, em razão de atualizações nas nomenclaturas de documentos e outros registros, essa resolução encontra-se registrada como Resolução A/RES/55/25, de 15 de novembro de 2000.

grupo criminoso organizado, lavagem de dinheiro, corrupção e obstrução da justiça (2) a adoção de novos e mais amplos mecanismos legais que permitam a extradição de nacionais, a assistência jurídica mútua e cooperação policial; e a (3) promoção de treinamento e assistência técnica para a construção ou atualização da capacidade necessária das autoridades nacionais (United Nations Office on Drugs and Crime, 2000). Desta forma, a partir do estabelecimento de um arcabouço jurídico a ser aplicado à esfera supranacional, com a capacidade de subordinar os mais diferentes Estados – independentemente de sua tradição legal ou de sua cultura jurídica –, toda a comunidade jurídica internacional passou a seguir os mesmos princípios e normas processuais, no âmbito do combate ao crime organizado transnacional, fundamentais para que se gerasse estabilidade jurídica, o que significa, conseqüentemente, uma maior estabilidade política entre os Estados signatários da Convenção de Palermo ao se lidar com casos de tal tipo (Dallari, 2017, p. 42-44).

Com relação às justificativas por parte do Estado brasileiro quanto à ratificação desse tratado, insta observar que delegações brasileiras compostas por representantes do Ministério da Justiça e por diplomatas da Embaixada em Viena participaram ativamente de todas as sessões do Comitê instalado com a função específica de organizar instrumento legal a ser reconhecido internacionalmente. Tal atuação tinha por objetivo promover cooperação internacional eficaz no combate ao crime organizado, o que claramente está relacionado aos esforços do Brasil nesse sentido. Ademais, nota-se que a atuação brasileira junto à Organização das Nações Unidas teve dentre seus objetivos encontrar consensos diplomaticamente, sempre valorizando a soberania brasileira. Por fim, a posição e a atuação brasileiras também têm importância e justificativa no que diz respeito à política externa para a região da América Latina e do Caribe, pois indiscutivelmente também se alinham aos esforços dos Estados dessa região (Senado Federal, 2003).

3 AS PRINCIPAIS MATÉRIAS ABORDADAS PELA CONVENÇÃO DE PALERMO

O tratado inicia-se com a exposição de seu objetivo: “promover a cooperação para prevenir e combater mais eficazmente a criminalidade organizada transnacional”. Este é o espírito da norma, carregando os anseios da comunidade jurídica internacional em instituir e

compartilhar de um diploma legal que lhes permita contrapor de fato os crescentes malefícios causados pelas organizações criminosas transnacionais. Tal terminologia é importante para que se mantenha uma interpretação uniforme quanto às definições dos termos tratados, de modo que não se prejudique a interpretação da lei e, conseqüentemente, sua aplicação.

Valorizando a proteção da soberania dos Estados nacionais que são parte do tratado, a norma passa a discorrer sobre a criminalização da participação em um grupo criminoso organizado, determinando ações e circunstâncias que passam a se caracterizar como crime internacionalmente. Assim, a criminalização da lavagem do produto de crime conduz a medidas para combater a lavagem de dinheiro, apontando-se para uma das atividades criminosas mais preocupantes aos governos estatais. A criminalização da corrupção e as medidas contra a corrupção são tratadas de forma bastante técnica, visando determinar responsabilidade das pessoas jurídicas, e não somente físicas, de modo a enfrentar eficazmente tal elemento da criminalidade organizada atual.

Dentre os processos judiciais, julgamento e sanções apresentados, despontam o confisco, a apreensão, a cooperação internacional para efeitos de confisco, e a disposição do produto do crime ou dos bens confiscados. Fica patente, nesta passagem, o esforço conjunto internacionalmente no que diz respeito a atos de investigação e de aplicação da lei penal de forma eficaz. Para tanto, trata-se de questões como jurisdição, extradição e transferência de pessoas condenadas. A assistência judiciária recíproca, as investigações conjuntas e as técnicas especiais de investigação, da mesma forma, indicam esforços no sentido de se acompanhar o célere desenvolvimento e expansão dos grupos criminais transnacionalmente.

Mais adiante, o tratado discorre acerca da transferência de processos penais, do estabelecimento de antecedentes penais e da criminalização da obstrução à justiça. De forma a complementar tais providências, importantes elementos foram inseridos no tratado ao se abordarem questões como a proteção das testemunhas e a assistência e proteção às vítimas, vitais para se manterem processos legítimos e eficazes. Medidas para intensificar a cooperação com as autoridades competentes para a aplicação da lei, bem como a cooperação entre as autoridades competentes para a aplicação da lei, extremamente relevantes à justiça internacional, acabam por constituir uma

comunidade jurídica criminal internacionalmente. Este ponto é crucial ao desenvolvimento não só dessa área do Direito Internacional Público, mas do combate ao crime organizado como um todo.

Já através da coleta, intercâmbio e análise de informações sobre a natureza do crime organizado, a norma determina a formação de assistência técnica nesse âmbito, o que certamente contribui sobremaneira à evolução dos atos de polícia judiciária e dos processos criminais de forma mais ampla. Providências diversas como a aplicação da convenção através do desenvolvimento econômico e da assistência técnica, assim como da prevenção, também não foram relegados a menor importância por parte dos Estados-parte da Convenção (United Nations Office on Drugs and Organized Crime, 2000).

Por fim, discorre-se sobre a aplicação da Convenção e outras questões processuais, nomeadamente a solução de controvérsias, assinatura, ratificação, aceitação, aprovação e adesão. Estipula-se ainda como se dará a relação com os protocolos, a entrada em vigor, as emendas, denúncias, depositários e línguas oficiais do tratado (United Nations Office on Drugs and Crime, 2000).

4 O PROCESSO DE VINCULAÇÃO DO BRASIL À CONVENÇÃO DE PALERMO E A VIGÊNCIA DO DIPLOMA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional foi promulgada no Brasil por meio do Decreto Nº 5.015/2004, visando promover a cooperação para prevenir e combater mais eficazmente a criminalidade organizada transnacional.

Inicialmente, em 29 de janeiro de 2004, na cidade norte-americana de Nova Iorque, o Estado brasileiro assinou a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional, ocasião na qual depositou instrumento de ratificação junto à Secretaria-Geral da Organização das Nações Unidas, na sede desta (United Nations). É importante atentar para o fato de que somente a assinatura – a qual se constitui em um procedimento eminentemente político, e não jurídico, por meio do que se indica a relevância de seu conteúdo para os interesses e valores do Estado, além do aceite de seu significado e objetivos – não vincula juridicamente um estado ao tratado internacional. Ao assinar o tratado, o Brasil aponta conformidade quanto àquilo que explicita seu texto, conforme as negociações políticas que o antecederam.

Trata-se, portanto, de anuência preliminar e não-vinculante (Portela, 2010). Ao fazê-lo, o representante do Estado brasileiro responsável por tal ato, mesmo não tendo vinculado o país ao tratado, acaba por ensejar uma série de processos por parte de diferentes instituições domésticas brasileiras, as quais viriam, mais tarde, a concretizar a formal vinculação do Estado brasileiro aos termos do tratado (Casella; Accioly, 2019).

Posteriormente, também conforme o preâmbulo do decreto sob lentes, em 29 de maio de 2003, o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo no 231, o texto da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, adotada em Nova Iorque, em 15 de novembro de 2000 (Brasil, 2004). Neste ato, o Congresso Nacional se traduziu no órgão interno do Estado que tem por incumbências tanto o exame quanto à revisão acerca dos elementos que expressem os princípios da conveniência e da oportunidade do tratado junto ao próprio Estado. Isto indica ainda que o Estado brasileiro não enxergou conflito entre o tratado aprovado com norma jurídica interna do país. Note-se ainda que, conforme o art. 83, inciso VIII, cc. art. 49, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a aprovação prévia do conteúdo do tratado por parte do Congresso Nacional é exigência para que o Presidente da República possa então celebrar tratado internacional (Casella; Accioly, 2019).

O preâmbulo do decreto em questão traz que a Convenção ora discutida entrou em vigor internacional em 29 de setembro de 2003, tratando-se tal data do nonagésimo dia seguinte à data de depósito do quadragésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão por parte de algum Estado signatário de tal convenção. Para tanto, houve que se ater aos princípios universalmente reconhecidos do livre consentimento e da boa-fé, essenciais ao Direito Internacional Público (Casella; Accioly, 2019; Rezek, 2006).

Mais tarde, em 29 de janeiro de 2004, o governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação junto à Secretaria-geral da Organização das Nações Unidas. Há que se atentar para o fato de que por meio dessa ratificação, o Brasil passou a ser vinculado juridicamente para com o tratado, pois confirmou formalmente sua obrigação para com o estipulado na convenção sob lentes. A ratificação pressupôs, portanto, que as instituições internas do país já haviam examinado o contido no tratado, apontando o consentimento, definitivamente, no que tange a se obrigar a cumprir tal instrumento normativo (Portela, 2010, p.

101-3). O tratado em questão entrou em vigor para o Brasil em 28 de fevereiro de 2004, de acordo com o que expressa o preâmbulo do Decreto (BRASIL, 2004). Cabe ressaltar, neste ponto, que a partir de então o Estado brasileiro passou a ter de considerar, em todos os processos de que tomar parte, a norma *pacta sunt servanda* (Casella; Accioly, 2019).

O Decreto nº 5.015 foi assinado pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 12 de março de 2004 (Brasil, 2004). Trata-se da efetiva promulgação do tratado por parte do Estado brasileiro. Além deste efeito, o decreto executivo incidu na publicação oficial de seu texto e na executoriedade do ato internacional, cuja observância passou assim a ser obrigatória no ordenamento legal brasileiro, possuindo efeito vinculante de forma positiva (Varella, 2019). Tal decreto entrou em vigor no Brasil na data de sua publicação, ou seja, 15 de março de 2004, conforme estipulado pelo artigo 3º do próprio decreto (Brasil, 2004). A partir deste momento, o tratado passou, deste modo, a ter efeito interno.

5 EFEITOS DO TRATADO PARA A SOCIEDADE E INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

No caso do Brasil, onde o crime organizado provoca graves problemas de segurança pública, com amplas consequências socioeconômicas, assinar a Convenção de Palermo pode ser visto como extremamente importante. A ineficiência do ordenamento jurídico brasileiro ante a expansão do crime organizado – tanto em seu território quanto no exterior – coloca-se, no campo político, praticamente como uma exigência. É importantíssimo ao Estado brasileiro, dada sua condição de fragilidade social e política quando se trata do combate ao crime organizado transnacional, posicionar-se de modo a contribuir para com os esforços internacionais nesse campo, seja através da colaboração para com os demais atores estatais, seja por meio da aplicação, na esfera doméstica, dos mecanismos legais e institucionais adotados na convenção. Observe-se que à época da Convenção de Palermo, o conceito de crime organizado na Constituição Federal do Brasil trazia um conceito bastante vago, permitindo diferentes interpretações jurídicas.

Ainda que a Lei 9.034/1995 – que dispunha sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, revogada pela Lei 12.850/2013, com

os aprimoramentos introduzidos pela Lei 10.217/2001 – se refira a “organizações criminosas ou associações criminosas”, nenhuma delas define, exatamente, de que se trata de fato uma organização criminosa. Essa definição só surgiria em 2013 com o advento da retomada Lei 12.850, cujo artigo primeiro trata logo da tão almejada definição. Tal situação, mais do que trazer insegurança jurídica aos operadores do Direito, inviabiliza o planejamento ou a consecução de políticas públicas eficazes nessa seara (Cano, 2013, p. 179; Messa; Carneiro, 2020). Isto posto, pode-se considerar que o Brasil, ao ter assinado o tratado sob lentes, inserindo seu conteúdo ao ordenamento normativo nacional, iniciou um importante movimento na esfera geopolítica ao estabelecer o Brasil como um colaborador, perante os demais Estados signatários, no combate ao crime organizado internacionalmente. Além disso, a assinatura por parte do Estado brasileiro representou, domesticamente, uma relevante evolução legislativa, conduzindo os órgãos do executivo e do judiciário a uma nova realidade, à qual teriam de se adaptar rapidamente, visando os princípios da legalidade e da eficiência, basilares ao funcionamento da Administração Pública (Meirelles, 2018). Nessa esteira, cabe apontar para o julgamento do *habeas corpus* nº 77.771-SP (2007/004187-9) por parte do Supremo Tribunal Federal, ocasião em que acolheu a conceituação de organização criminosa definida pela Convenção de Palermo, sustentando que o referido diploma legal tem aplicabilidade imediata no âmbito normativo interno (Messa, 2012, p. 95).

A conceituação apresentada pela Convenção de Palermo a respeito de organizações criminosas, bem como as tipificações daí advindas, acabam por incidir diretamente sobre a atuação estatal quanto a um dos mais graves problemas percebidos no Brasil nas últimas décadas – a segurança pública. A violência a que está exposta grande parcela da sociedade brasileira atualmente pode ser compreendida como um elemento gerador de conflitos. Nessa esteira, há que se considerar que muitos daqueles que acabam por se envolver com organizações criminosas são cidadãos que pertencem a uma realidade de precariedade, com escassas oportunidades profissionais, poucos recursos econômicos e baixa educação formal, o que significa baixas perspectivas de sucesso ou evolução em meio à sociedade. Os problemas daí advindos, em muitos casos, conduzem os indivíduos ao envolvimento com o narcotráfico e outras atividades próprias do crime organizado, com o fito de conseguir sustento, reconhecimento e poder (Messa, 2012, p. 70). Tal contexto exige do Estado, por conseguinte,

uma tipificação adequada dos comportamentos criminosos aí envolvidos e uma abordagem equilibrada ao se lidar com todas as questões que permeiam tanto as organizações criminosas quanto os cidadãos individualmente. Ou seja, a legitimação do direito, em estrita observância aos direitos fundamentais da pessoa humana, deve ser a base da atuação do Estado ao combater o crime organizado conforme o preconizado pela Convenção de Palermo (Smanio, 2012, p. 199-200).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado brasileiro, ao longo das últimas décadas, teve sua imagem vinculada, internacionalmente, à ineficácia no enfrentamento a organizações criminosas atuantes em seu território. O fato de ser o Brasil um entreposto entre os principais polos de produção de entorpecentes – como a Colômbia, a Bolívia e o Peru – e os maiores mercados consumidores dessas drogas – os Estados Unidos e a Europa ocidental – fazem desse país um local de grande interesse a organizações criminosas operando tanto doméstica quanto internacionalmente, as quais têm no narcotráfico sua principal fonte de renda. A violência, os problemas sociais e econômicos causados por tais organizações criminosas regionalmente elevaram as exigências por parte da comunidade internacional quanto ao empenho por parte do Estado brasileiro em lidar com tais grupos criminosos. As frágeis legislações existentes anteriormente à convenção sob lentes, por si só, já expõem a débil condição legal do Brasil no cenário internacional no que diz respeito ao combate à corrupção e à criminalidade organizada (Lampe, 2016, p. 204).

Com o acolhimento dos marcos regulatórios internacionais no combate ao crime organizado transnacional o Brasil promoveu, indubitavelmente, um grande avanço no que diz respeito aos métodos policiais e à cooperação jurídica no plano internacional, postando-se em consenso junto ao Direito Internacional quanto à definição de grupo criminoso organizado, possibilitando ações em nível operacional com maior racionalidade e lógica por parte do Estado. A partir da inserção do conteúdo da Convenção de Palermo e de seus três protocolos no ordenamento jurídico interno, o Brasil se colocou como uma peça-chave para a comunidade jurídica internacional, dando uma resposta plausível à demanda dos países-membros da Organização das Nações Unidas no que concerne à adoção de mecanismos eficazes de cooperação policial e jurídica. Assim, aperfeiçoaram-se os mecanismos de prevenção, de

controle e de repressão ao crime organizado transnacional de forma significativa. Estes elementos permitiram aos operadores do Direito brasileiros expertise e experiência no tema, editando-se em 2013 a Lei 12.850, a qual dispõe sobre investigação criminal, meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal no ordenamento jurídico brasileiro (Gomes, 2020, p. 696-698).

A observância quanto ao disposto nos diplomas internacionais inseriu o Brasil, em definitivo, como um ator relevante no enfrentamento ao crime organizado transnacional, em conformidade com as atuações não só da Organização das Nações Unidas, mas também com diversas entidades regionais e globais. Essa sistematização explicita a questão do adensamento e da especialização do Direito Internacional Público, tendo-se nos direitos humanos o fundamento e um elemento integrador de uma ordem jurídica internacionalmente.

No plano regional, o Brasil integra os esforços da Organização dos Estados Americanos – mais especificamente junto à Comissão Interamericana para o Controle de Drogas de Abuso, ao se combater o tráfico internacional de drogas, e junto à Comunidade Policial das Américas, a AMERIPOL, a qual tem no crime organizado transnacional seu maior enfoque. Ademais, outros exemplos da adesão do Brasil a esforços de cooperação jurídica e policial em nível regional são o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais do Mercosul (promulgado pelo Decreto 3468, de 17/05/2000), a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores (promulgada pelo Decreto 2740, de 20/08/1998), a Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal (promulgada pelo Decreto 6340, de 3/01/2008), a Convenção Interamericana contra a Corrupção (promulgada pelo Decreto 4410, de 07/10/2002), e a Convenção Interamericana contra o Terrorismo (promulgada pelo Decreto 5639, de 26/12/2005) (Saadi, 2020).

De suma importância é também a cooperação prestada pelo Brasil no que tange aos órgãos de alcance mundial. Um exemplo é a colaboração junto ao Grupo de Ação Financeira Internacional – este no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, cooperando com o combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa. A colaboração para com o trabalho de Unidades de Inteligência Financeira, bem como apoio à Agência Policial Internacional – a Interpol – e à Organização Mundial de Aduanas são demonstração da

integração brasileira ao sistema internacional e do grau de cooperação que seus órgãos atingiram. O Escritório da Organização das Nações Unidas para Drogas e Crime também se coloca como uma importante plataforma de cooperação policial de que o Brasil faz parte em nível global. Além destes, são exemplos do empenho do Brasil em nível mundial a adesão à Convenção das Nações Unidas contra Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (conhecida por Convenção de Viena, promulgada pelo Decreto 154, de 26/06/1991), aos Protocolos Adicionais à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do Tráfico de Pessoas em especial Mulheres e Crianças (promulgado pelo Decreto 5017, de 12/03/2004) e ao relativo ao combate ao tráfico de migrantes (promulgado pelo Decreto 5016, de 12/03/2004), à Convenção para a supressão de atentados terroristas com bomba (promulgado pelo Decreto n. 4394, de 26/09/2002), à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (promulgada pelo Decreto 5687, de 31/01/2006 e à Convenção das Nações Unidas para a supressão do financiamento ao Terrorismo (promulgada pelo Decreto 5640, de 26/12/2005) (Saadi, 2020).

A atuação das instituições brasileiras junto a tais organismos internacionais demonstra o impacto da promulgação da Convenção de Palermo por este país. Neste sentido, nota-se que a criminalização da lavagem de dinheiro, a recuperação de ativos e a cooperação internacional merecem lugar de destaque nesse processo evolutivo. Ao padronizar seus protocolos policiais e jurídicos conforme os ditames internacionais, o Estado brasileiro permitiu a modernização da legislação de combate à lavagem de capitais, possibilitou a especialização de diversos órgãos estatais e tipificou o conceito de organização criminosa. Isto se materializou, dentre outros tópicos, na criação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, atendendo à Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. Juntamente com seus órgãos policiais, o Ministério Público da União, a Receita Federal, a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União e o COAF chegaram a resultados notáveis no combate ao crime organizado, tanto nacional quanto internacionalmente, logrando investigar eficazmente e a condenar judicialmente grandes empresários e políticos, conseguindo ainda recuperar montantes bilionários desviados dos cofres públicos por agentes criminosos organizados (Saadi, 2020).

Portanto, a adequação do Estado brasileiro ao processo de harmonização e de uniformização das cartas legais domésticas de diferentes países colabora para com o estabelecimento de uma ordem jurídica global. Associado a isso, tem-se que o incremento da integração social trazida pelos avanços tecnológicos condiciona o enfrentamento a organizações criminosas transnacionais à otimização dos recursos de cooperação em nível internacional.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDENAS, M.; BJORGE, E. Introduction: from fragmentation to convergence in international law. In: ANDENAS, M; BJORGE, E. **A farewell to fragmentation: reassertion and convergence in international law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 1-36.
- BELLO, E.; ENGELMANN, W. (Eds.). **Metodologia da Pesquisa em Direito**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2015.
- BEZBORODOV, Y. Methods of International Legal Convergence. **Law Review**, v. VII, n. 1, p. 21-31, January-June 2017.
- BIANCONI, G. **L'assedio. Troppi nemici per Giovanni Falcone**. Turim: Giulio Einaudi, 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 4.388/2002**. Brasília: Casa Civil. 25 de setembro de 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 5.006/2004**. Brasília: Casa Civil. 08 março de 2004.
- BRASIL. **Decreto nº 5.015/2004**. Brasília: Casa Civil. 12 março de 2004.
- CANO, I. Violence and Organized Crime in Brazil: The Case of "Militias" in Rio de Janeiro. In: STIFTUNG, H.-B.; SCHÖNENBERG, R. **Transnational Organized Crime. Analyses of a Global Challenge to Democracy**. Bielefeld: Transcript, 2013, p. 179-188.
- CASELLA, P. B.; ACCIOLY, G. H. **Manual de Direito Internacional Público**. 24^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Esclarecendo a noção de participação direta nas hostilidades. **Comitê Internacional da Cruz Vermelha**, 2009. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/feature/direct-participation-ihl-feature-020609.htm>. Acesso em: 08 Junho 2021.

CONWAY, D. Globalization from below. Coordinating global resistance, alternative social forums, civil society and grassroots networks. In: CONWAY, D.; HEYNEN, N. **Globalization's Contradictions. Geographies of discipline, destruction and transformation**. Londres: Routledge, 2017, p. 212-225.

CONWAY, D.; HEYNEN, N. Globalization's dimensions. In: CONWAY, D.; HEYNEN, N. **Globalization's Contradictions. Geographies of discipline, destruction and transformation**. Londres: Routledge, 2017, p. 2-16.

DALLARI, P. The integration of the law in a politically fragmented world. In: VASCONCELOS, Á. **Brasil nas Ondas do Mundo**. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2017, p. 41-50.

DALLARI, P. B. D. A. Atualidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Política Externa**, São Paulo, v. 17, n. 2, set/out/nov 2008.

DANDURAND, Y.; TKACHUK, B.; CASTLE, A. **Recent International Efforts to Address Transnational Crime**. The International Centre for Criminal Law Reform and Criminal Justice Policy. Vancouver, p. 22, 1998.

GIRALDO, J.; TRINKUNAS, H. Transnational crime. In: COLLINS, A. **Contemporary security studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 428-446.

GOMES, R. C. O. Crime Organizado na Convenção de Palermo. In: MESSA, A. F.; CARNEIRO, J. R. G. **Crime Organizado**. São Paulo: Almedina, 2020, p. 667-699.

GUZMAN, A. **How International Law Works - a rational choice theory**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY. **The Responsibility to Protect**. International Development Research Centre. Ottawa. 2001.

KOSKENNIEMI, M. International Law and Hegemony: A Reconfiguration. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 17, n. 2, p. 197-218, 2004.

KOSKENNIEMI, M. **From Apology to Utopia - The Structure of International Legal Argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LAMPE, K. V. **Organized Crime. Analyzing Illegal Activities, Criminal Structures, and Extra-legal Governance**. Londres: SAGE, 2016.

LAMY, M. **Metodologia da pesquisa jurídica: técnicas de investigação, argumentação e redação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 48^a. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

MESSA, A. A. Crime Organizado: uma compreensão acerca dos aspectos psicológicos e repercussões psicossociais. In: MESSA, A. F.; CARNEIRO, J. R. G. **Crime Organizado**. 1^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 68-74.

MESSA, A. F. Aspectos constitucionais do crime organizado. In: MESSA, A. F.; CARNEIRO, J. R. G. **Crime Organizado**. 1^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 93-116.

MESSA, A. F.; CARNEIRO, J. R. G. (Eds.). **Crime Organizado**. 2^a. ed. São Paulo: Almedina, 2020.

PORTELA, P. H. G. **Direito Internacional Público e Privado**. 2^a. ed. Salvador: JusPodium, 2010.

POWERS, J. The Evolving Jurisprudence of the International Administrative Tribunals: Convergence or Divergence?. **AIIB Yearbook of International Law**, p. 68-78, 2018.

REZEK, F. **Direito internacional público**. 10^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROTH, M. P. Historical Overview of Transnational Crime. In: REICHEL, P.; ALBANESE, J. **Handbook of Transnational Crime and Justice**. Londres: Sage, 2014, p. 5-22.

SAADI, R. A. O Combate ao Crime Organizado. In: MESSA, A. F.; CARNEIRO, J. R. G. **Crime Organizado**. São Paulo: Almedina, 2020, p. 421-446.

SENADO FEDERAL. **Decreto Legislativo nº 231/2003**. Brasília: Senado Federal, 2003.

SMANIO, G. P. Teoria Geral do Direito Penal e a Atuação do Estado em Face do Crime Organizado. In: MESSA, A. F.; CARNEIRO, J. R. G. **Crime Organizado**. 1^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 196-211.

TRINDADE, A. A. C. **Os Tribunais Internacionais Contemporâneos**. Brasília: FUNAG, 2013.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **United Nations Convention against Transnational Organized Crime and the Protocols Thereto**. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/intro/UNTOC.html>. Acesso em: 27 Abril 2021.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND ORGANIZED CRIME. United Nations Convention against Transnational Organized Crimes (with protocols). **Audiovisual Library of International Law**, 2000. Disponível em: <https://legal.un.org/avl/ha/unctoc/unctoc.html>. Acesso em: 27 Abril 2021.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND ORGANIZED CRIME. **The globalization of crime**. Vienna, 2010.

UNITED NATIONS. **United Nations Treaty Collection**. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XVIII-12-a&chapter=18. Acesso em: 28 abril 2021.

VARELLA, M. D. **Direito internacional público**. 8^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Data da submissão: 15/10/2024.

Data da aprovação: 13/01/2025.